

É ainda necessário pensar e repensar a violência no interior da própria Igreja e das religiões. Primeiramente, rever os fundamentos de sua própria epistemologia teológica, depurando-a do sacrificalismo, da culpabilização, do pessimismo antropológico. Em seguida, olhar as simetrias e assimetrias das relações de poder dentro da Igreja. A tentação do abuso de poder dentro da Igreja vem da experiência das Igrejas apostólicas. “Entre vós não deverá ser assim”, disse Jesus (Mt 20,26). Aqui se abre um desafio de identificar as assimetrias e ter a coragem de corrigi-las nas formulações teológicas e no tecido das organizações eclesiais.

E por fim, é indispensável que as religiões assumam uma posição autocrítica quanto ao relacionamento que desenvolvem entre si³². As religiões sempre tiveram muito a ver com a violência. Fundamentalmente porque, como vimos, a violência entra de alguma forma em nossa condição antropológica. As grandes perguntas e as grandes respostas da humanidade sobre a violência são refletidas e sistematizadas pelas religiões em suas experiências de Deus. De um lado, cada uma enfrenta o desafio de descobrir a seu modo a face de Deus, misericordiosa e geradora de Paz. Um desafio nada fácil porque isto exige constantemente rever formulações e tradições. E por outro lado, juntas, defrontam-se com a coerente necessidade de renunciar à tentação da conquista e da agressão “em nome de Deus”; e de aceitar a vocação de se descobrirem e se aceitarem como filhos e filhas do mesmo Amor Maior que a todos gera para Vida. Este seria talvez o mais eficiente testemunho que as religiões poderiam oferecer ao mundo em termos de superação da violência.

Pe. Márcio Fabri dos Anjos é doutor em teologia moral.
Leciona na Pontifícia Faculdade de Teologia do Centro Universitário Assunção.

³² Veja a interessante obra de BINGUEMER, M.C. (org.). *Violência e Religião*. Cristianismo, Islamismo, Judaísmo. Três religiões em confronto e diálogo. São Paulo: Loyola, 2001 (296 pgs. contendo ampla bibliografia).

ENSINO QUE JORRA PAZ (Mq 4,1-5)

Dr. Matthias Grenzer

1. INTRODUÇÃO

Quais os fundamentos apropriados para sustentar uma paz verdadeira e duradoura? Penso na paz internacional, quer dizer, nas relações entre as diversas nações. Mas imagino também a paz nacional, isto é, a construção de uma sociedade sem desigualdades sociais, que garanta a seus cidadãos uma vida digna. Na realidade, paz externa e paz interna são duas realidades inseparáveis.

Proponho-me a explorar o livro do profeta Miquéias. Partindo do estudo literário-histórico, quero descrever, sobretudo, as perspectivas religioso-éticas contidas em Mq 4,1-5. Talvez essa tradição bíblica seja um dos textos mais conhecidos sobre a paz na Bíblia. Sua importância fica evidente quando comparada a Is 2,2-4, que, apesar de umas diferenças, apresenta a mesma visão¹.

A colaboração da tradição bíblica à discussão atual sobre a paz é intimamente ligada ao tema de *Israei*. Isso vale de um modo especial quando é estudado um texto do Antigo Testamento. Pensar na paz significa pensar em Israel, quer dizer, refletir sobre a situação político-econômica da sociedade do Antigo Israel e o relacionamento deste povo com as outras nações. Desse modo, não se promove uma reflexão de cunho mais filosófico sobre a paz em si, mas parte-se das necessidades práticas de um povo.

¹ Também as tradições em Is 60; Ag 2,1-9; Zc 8,20-22 revelam proximidade com Mq 4,1-5 e Is 2,2-4. Cf. KESSLER, Rainer. *Micha*. Freiburg: Herder, 2000 (2 ed.). (Herders Theologischer Kommentar zum Alten Testament).

Pude fazer uma experiência interessante nesses dias. Um colega, teólogo renomado - posso dizer que sinto muita estima por ele e por toda sua erudição -, escutara uma fala minha em que fiz a seguinte afirmação: "O Antigo Testamento, em seu conjunto, favorece, desde os inícios, uma convivência pacífica entre Israel e os outros povos nas terras de Canaã". Uns dias depois, ele perguntou-me se os textos do Antigo Testamento realmente justificavam tal afirmação. Pude, portanto, notar que as perspectivas bíblicas em relação a *Israel* e sua convivência com os outros povos - para todos nós! - continuam sendo surpreendentes e enriquecedoras².

De fato, a reflexão teológica descobre, cada vez mais, que as origens da fé cristã, na história bíblica da salvação, são inseparáveis do caminho do povo de Israel. Talvez já cresça até a consciência de que também o futuro do cristianismo, de certa forma, é ligado ao destino de Israel. Pois o projeto do Deus bíblico para com o homem, através dos percursos históricos, assumiu uma expressão dupla: tanto o judaísmo como o cristianismo, são portadores das promessas do Deus de Israel. Portanto, para o cristão, pensar em Israel não significa pensar apenas no outro, mas sim pensar no irmão mais velho que está vivo. Irmãos da mesma família, porém, têm uma responsabilidade em comum³.

Em vista da questão da paz, os dois povos, judeus e cristãos, estão com um enorme patrimônio nas mãos. Ambos lêem Miquéias como parte de suas Sagradas Escrituras. Isso é um sinal de esperança, pois a fé desse profeta e as perspectivas éticas que ele viu brotar dela querem ser avaliadas como decisivas para a construção da paz no mundial. Portanto, vale o convite de ler o livro de Miquéias.

² O atual conflito entre Israel e Palestina parece impor, com urgência, a reflexão histórico-teológica sobre Israel e sua relação com as outras nações. É necessário, porém, ter muita cautela para não identificar plenamente o Israel atual com o Israel bíblico. Uma separação absoluta dos dois, porém, seria também um erro. Parece-me que Israel se encontra, exatamente, diante da mesma tarefa que os cristãos enfrentam quando refletem sobre suas origens no Evangelho.

³ Veja o documento novo da PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *O povo judeu e as suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã*. São Paulo: Paulinas, 2002.

2. TRADUÇÃO LITERAL DE Mq 4,1-5

- 1a *Acontecerá no fim dos dias:*
 1b *o monte da casa de Iahweh será firmado no topo dos montes,*
 1c *ele será levantado acima das colinas.*
 1d *Povos correrão para ele.*
 2a *muitas nações andarão dizendo:*
 2b *Andai,*
 2c *subamos ao monte de Iahweh e à casa do Deus de Jacó.*
 2d *Ele ensinar-nos-á seus caminhos,*
 2e *para que andemos em suas sendas.*
 2f *Realmente, de Sião sai um ensino e de Jerusalém a palavra de Iahweh.*
 3a *Ele julgará entre muitos povos*
 3b *e repreenderá nações fortes, até longe.*
 3c *Então, forjarão arados de suas espadas e podadeiras de suas lanças.*
 3d *Não levantarão (mais) a espada, nação contra nação,*
 3e *não aprenderão mais a guerra.*
 4a *Sentarão, cada um, debaixo de sua vinha e debaixo de sua figueira,*
 4b *e não há quem assuste:*
 4c *pois a boca de Iahweh dos exércitos falou.*
 5a *Na verdade, todos os povos andam, cada um em nome de seu deus:*
 5b *nós, porém, andamos em nome de Iahweh, nosso Deus, eternamente e sempre.*

3. ENCONTRO DE PAZ NA CIDADE DERROTADA

A peregrinação dos povos tem como destino *o monte da casa de Iahweh* (v 1b.2c), o *Sião* (v 2f), a cidade de *Jerusalém* (v 2f). As três expressões indicam o mesmo lugar.

No final do século XI a.C., Davi tinha marchado para Jerusalém, lugar até então habitado pelo povo cananeu dos jebuseus. Davi conquistou *a fortaleza de Sião* e transformou o lugar, com a construção do *palácio*, em sua

residência (cf. 1Sm 5,6-12). Com o traslado da *arca* (1Sm 6) e, sobretudo, com a construção do *Templo* na colina de Sião por Salomão, filho e sucessor de Davi (1Rs 6), Jerusalém tornara-se centro político-religioso do reino davidico⁴.

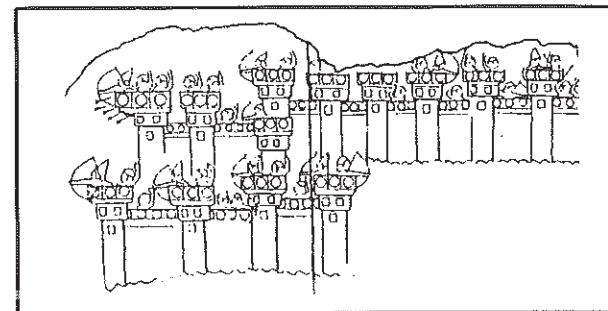
Passaram-se, em seguida, três séculos entre o início da dinastia de Davi e a atuação de Miquéias. Conforme Mq 1,1, o profeta atuou no período dos reis *Joatã* (758-743), *Acáz* (743-727) e *Ezequias* (727-698)⁵. Jeremias confirma este contexto histórico: *Miquéias de Morasti profetizou nos dias de Ezequias, rei de Judá* (26,18). O livro de Miquéias, por sua vez - a obra literária de Mq 1-7 em sua concepção final -, abrange um período bem maior. Após a atuação de Miquéias no século VIII a.C., outros continuaram a sua obra, acrescentaram suas palavras à reflexão de Miquéias. Trata-se de um processo de releitura e atualização que deixou, em várias partes do texto, referências claras aos acontecimentos nas épocas posteriores ao século VIII. Todavia, o que foi acrescentado de forma alguma é menos precioso. Pelo contrário: é justamente através das releituras criativas que se encontraram as verdades duradouras.

Dessa forma, pensando em *Jerusalém*, o livro de Miquéias torna visível uma história que perpassa vários séculos. E essa história não foi nada gloriosa, pois a obra registra as decisões politicamente erradas, os desvios, as injustiças e as perversidades produzidas na capital de Judá. Quando toca pela primeira vez no assunto de *Jerusalém*, apresenta uma pergunta retórica: *Jerusalém não é lugar alto de Judá* (1,5)? Visto que os lugares altos representam, comumente, a celebração de cultos ilegítimos e o desvio do projeto de Deus, a crítica começa ficar clara. *Miquéias de Morasti* (1,1), uma voz do interior, vê na capital, *Jerusalém*, a principal causa da desgraça que atingiu todo o povo de Judá.

⁴ Cf. DONNER, Hans. *História de Israel e dos povos vizinhos: Dos primórdios até a formação do estado*. Volume 1. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 1997. p. 228ss.

⁵ As datas seguem a cronologia de COGAN, Mordechai; TADMOR, Hayim. *II Kings: A New Translation with Introduction and Commentary*. New York: Doubleday, 1988. (Anchor Bible 11). p. 341.

Dentro do elenco das críticas, o profeta parece atribuir o *início do pecado da filha de Sião* (1,13b) à confiança de Jerusalém em seu esforço militar. Era do interesse dos governantes do país investir no exército, nos *cavalos e carros de guerra* (5,9), e na fortificação das *idades e fortalezas do interior* (5,10). No entanto, a contínua experiência das derrotas contra os assírios no século VIII e, mais tarde, contra os impérios sucessores da Assíria revelou que este esforço de Jerusalém fora inútil. No confronto com a Assíria em 701, por exemplo, nenhum lugar do interior de Judá conseguiu resistir à força do exército invasor (1,10-16). A ordem de Miquéias a *Laquis* - fortaleza mais importante depois de Jerusalém - de *atrelar o carro ao cavalo* (1,13a) a fim de sair ao combate é irônica. Durante a campanha militar dos assírios em 701 a.C., *Laquis* foi derrotado como os outros.



Dois detalhes dos relevos que foram encontrados no palácio de Senaquerib (704-681). O conjunto dos relevos mostra o cerco e a conquista de *Laquis* pelo exército assírio no ano 701 e a deportação e apresentação de seus moradores diante do imperador assírio. Uma inscrição acima de Senaquerib diz: *Senaquerib, rei do mundo e rei da Assíria [...], sentou num assento e a beleza de Laquis [...] passou diante dele*.

O primeiro detalhe mostra os muros de Laquis, cidade fortificada. No outro detalhe, dois soldados assírios apresentam a Senaquerib moradores de Laquis que se humilham diante dele, gesto que confirma a capitulação⁶.

A seguir, Miquéias detalha a idéia de que *Jerusalém* é fruto da *maldade* (3,10). Toda a classe dos líderes é corrupta: *os chefes do Sião* – a começar pelo o rei e os membros da corte – *julgam por suborno, os sacerdotes instruem por pagamento, os profetas buscam decisões por dinheiro* (3,11). Na sua análise da situação, o profeta aponta para o fato de que *os chefes e dirigentes da casa de Israel*, na verdade, *detestam o direito: pervertem tudo o que é reto* (3,9). Como muitas capitais, provavelmente, também *Jerusalém* impressionava a quem viesse a conhecê-la. O profeta, porém, deixa claro que tudo isso teve um preço muito alto: na realidade, *Sião foi construído com o sangue derramado do povo* (3,10).

Por fim, parece não ter faltado segurança religiosa a *Jerusalém*, mesmo que ela tenha sido ilusória. Os líderes estavam convencidos de que podiam *apoiar-se em Iahweh*. Escutamos a voz deles nas seguintes palavras: *Iahweh está no meio de nós, nada de mau nos pode acontecer* (3,11). Há duas possibilidades de compreender essa afirmação. Talvez se trate da ilusão ingênua que confunde a presença do Templo com a presença de Deus. No entanto, a fala pode representar também a tentativa de fundamentar religiosamente um regime injusto. Assim, a religião é transformada em ideologia.

Miquéias não teve dúvida de que esse comportamento iria levar *Jerusalém* à catástrofe. Todos os regimes opressores, no final, trazem as conseqüências de sua perversidade sobre si. Portanto, com o anúncio da derrota da cidade, o profeta anunciou algo realmente previsível: *Sião será arado como um campo, Jerusalém será um montão de ruínas e o monte do Templo uma encosta de mata* (3,12). Os trechos no livro de Miquéias que se referem ao tempo posterior à destruição de *Jerusalém* – causada pelos babilônios

em 587a.C. – confirmam o raciocínio do profeta. Transformada em uma *torre de vigilância para os rebanhos* (4,8), a capital de Judá, realmente, perdeu seu *poder de antes* (4,8), ficou *sem rei* (4,9) e foi levada até o exílio em *Babel* (4,10).

Todavia, tudo isso não significou o fim definitivo de *Jerusalém*, “pois Deus, no momento da desgraça, não sente uma satisfação triunfante. Pelo contrário, coloca-se, novamente, ao lado das vítimas, o que causa, outra vez, esperança por uma mudança rumo à graça”⁷: pois, *em Babel, a filha de Sião seria socorrida. Lá, Iahweh a resgataria, novamente, da mão de seu inimigo* (4,10).

Essa perspectiva a respeito da história de *Jerusalém* é importante para compreender a peregrinação dos povos ao *monte Sião* (4,1-5). As *nações* chegam a uma cidade que, através de seu comportamento, causou a catástrofe para si mesma. *Jerusalém* experimentou a desgraça de ser abandonada por Deus. “Mas o tempo curto da ira em que Iahweh abandonou o Sião não é nada em relação ao amor duradouro e inquebrantável de Deus (...). E esse paradigma, de vencer a si mesmo, é o fundamento para todas as ordens de paz”⁸. *Jerusalém* é convidada a aprender desta sua história com Deus, a fim de testemunhar a seguinte realidade: a derrota pode ser superada e a paz construída à medida que se imita a postura de Iahweh, optando, sempre de novo, pela solidariedade com o mais sofrido.

Assim *Sião* se tornaria, realmente, um símbolo da paz, um sinal iluminativo e instrutivo *no topo dos montes, levantado acima das outras colinas* (v 1b.c), capaz de pôr *povos e nações* em movimento, *rumo a ele* (v 1d.2a). Para isso, porém, pressupõe-se que a comunidade de Iahweh comece a *andar em nome de seu Deus*, quer dizer, que adote a postura de Iahweh como seu modelo de comportamento (4,5).

⁷ KESSLER, Rainer. *Micha*, p. 238.

⁸ OTTO, Eckart. *Krieg und Frieden in der Hebräischen Bibel und im Alten Orient: Aspekte für eine Friedensordnung in der Moderne*. Stuttgart: Kohlhammer, 1999. (Theologie und Frieden 18). p. 143.

⁶ Cf. MITCHELL, T.C. *The Bible in the British Museum: Interpreting the Evidence*. London: British Museum Press, 1988. p. 60-64.

4. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO PROFÉTICO PARA A PAZ

A tradição sobre a peregrinação dos povos à Jerusalém confere à *casa de Deus* (v 2c) uma nova responsabilidade que, conforme a reflexão do livro profético, consiste, sobretudo, em servir ao *ensino*. Além disso, não está em vista, neste momento, a *instrução* dos filhos de Israel, mas a *instrução* das *nações*. Para isso é que *o monte da casa de Iahweh* foi (novamente) *firmado e levantado acima de todas as outras colinas* (v 1b.c).

O texto parece pressupor a destruição do primeiro Templo - construído por Salomão no século X - em 587 a.C., pois se imagina um reerguimento. A peregrinação dos povos à *casa do Deus de Jacó* (v 2c) dirige-se, portanto, ao segundo Templo, construído no período dos persas, entre 520 e 515 a.C. Por conclusão, o tempo em que *o monte da casa de Iahweh* não estava bem *firmado* teria sido o período em que Jerusalém estava sem o Templo (587-520).

Independente da questão histórica a respeito do Templo, fica bem claro qual é a tarefa que o livro profético atribui à *casa do Deus de Jacó* (v 2c), a *Sião* e à cidade de *Jerusalém* (v 2f). De lá devem *sair um ensino e a palavra de Iahweh* (v 2f). No Templo, *devem ser ensinados os caminhos do Deus de Jacó às nações* (v 2c.d), uma vez que esses povos manifestam seu desejo de *andar em suas sendas* (v 2d.e). Sob este ângulo, o Templo “não é, em primeiro lugar, local do culto dos sacrifícios - não se fala nada disso em Mq 4,1-5 -, mas local da palavra profética viva, que, ao mesmo tempo, é um ensino para os povos”.

O termo *ensino* (em hebraico: *torá*) traz à memória o conjunto das tradições contidas no Pentateuco, os textos jurídicos e as narrações poéticas, sobretudo a lembrança do projeto do êxodo. No entanto, não é possível saber a quais textos na Torá o autor de Mq 4,1-5 se refere. Nem identifica, expressamente, o *ensino* de que fala, pois o substantivo *torá* não é antecedido por artigo definitivo. Apenas diz que *de Sião sai um ensino* (v 2f).

⁹ KESSLER, Rainer. Zwischen Tempel und Tora: Das Michabuch im Diskurs der Perserzeit. *Biblische Zeitschrift*, Paderborn, v. 44, n. 1, p. 29, 2000.

Outros dois detalhes tornam-se mais importantes. Em primeiro lugar, pode ser observado o paralelismo entre *ensino* e *palavra de Iahweh* (v 2f). O conjunto dos textos bíblicos evidencia que a *palavra de Iahweh* não se manifesta somente nas tradições da Torá, mas, sobretudo, no anúncio dos profetas¹⁰. O próprio livro de Miquéias destaca essa realidade em suas primeiras palavras: *Palavra de Iahweh que foi (dirigida) a Miquéias de Morasti* (1,1). Assim, o anúncio do profeta quer ser considerado parte integrante e até decisiva do *ensino que sai de Jerusalém* (v 2f).

Vista toda a importância da palavra do profeta, torna-se mais aguda ainda a tarefa de distinguir entre os *profetas que enganam o povo* (3,5) e os *profetas repletos de força - com o espírito de Iahweh -, de direito e de vigor*, a fim de *denunciar os crimes* (3,8). *Líderes que julgam por propina, sacerdotes que ensinam por dinheiro ou profetas que buscam decisões por pagamento* (3,11) não estão promovendo o *ensino* nem a *palavra de Iahweh*, pois fazem suas palavras depender de seus ganhos. Na verdade, a tentativa desses dirigentes de *apoiarem-se em Iahweh* (3,11) é avaliada como ilusória. Urge que Iahweh mesmo *ensine e julge* (v 2d.3a). Obviamente, Ele o fará através daqueles profetas que, de verdade, são encarregados por Ele¹¹.

Um segundo detalhe parece ser ainda importante na reflexão de Mq 4,1-5 sobre o *ensino* e a *palavra de Iahweh*. Ambos são considerados preciosos instrumentos para que se chegue a um *juízo entre os povos numerosos* (v 3a) e a uma *repreensão das nações fortes* (v 3b). Desse

¹⁰ A expressão *palavra de Iahweh* aparece 242 vezes na Bíblia Hebraica. Na grande maioria dos casos, o termo refere-se à revelação profética da palavra. Em apenas sete casos, a expressão indica a *palavra* jurídica de Deus. Cf. Gerlemann, G. *dabar Wort*. In: JENNI, E.; WESTERMANN, C. *Theologisches Handwörterbuch zum Alten Testament* (THAT). Vol. I. München: Kaiser, 1984. (4. ed.). p. 439-440.

¹¹ Júlio Paulo Tavares ZABATIERO aponta para a possibilidade de v 2d conter “uma referência crítica à instrução sacerdotal”. Ele observa que o verbo ensinar/instruir, em todo livro de Miquéias, é usado somente em 3,11 e 4,2d, o que torna bem visível a relação entre os dois pensamentos. Cf. *Miquéias: Voz dos sem-terra*. Petrópolis: Vozes, São Leopoldo: Sinodal, 1996. (Comentário Bíblico AT). p. 90.

modo percebe-se que “a peregrinação dos povos a Sião tem em vista coisas bem concretas. Não se diz que todos os povos iriam adorar agora Iahweh. Nem se imagina o *ensino* - a Torá que sai de Jerusalém - como um conjunto de prescrições religiosas. Procura-se, simplesmente, uma solução pacífica para os conflitos entre os povos”¹². Em vista disso, o *ensino* e a *palavra de Iahweh* (v 2f) parecem causar esperança entre as nações, no sentido de que o patrimônio religioso de Israel possa conter perspectivas éticas - isto é, um modelo de justiça - capazes de gerar a paz. Assim, o ideal seria, de fato, que todos os povos aprendessem *os caminhos do Deus de Jacó* (v 2c.d) para *andarem nas sendas Dele* (v 2e). A tradição da peregrinação dos povos a Jerusalém formula exatamente isso como sua fé.

5. A ESPERANÇA PELA TRANSFORMAÇÃO DAS ARMAS

A solução pacífica dos conflitos entre os povos possibilita agora, na visão profética de Mq 4,1-5, um desarmamento total. *Forjarão arados de suas espadas e podadeiras de suas lanças* (v 3c). *Uma nação não levanta mais a espada contra outra nação* (v 3d). Os povos não têm mais necessidade de *aprender a guerra* (v 3e), pois não há mais *quem assuste* (v 4b). Pressupõe-se que os agressores adotaram os princípios do *ensino* e da *palavra de Iahweh* como meta para suas decisões e seu comportamento.

O conjunto do livro de Miquéias, porém, revela que a esperança por uma paz mundial, fundada nos princípios teológico-éticos refletidos na comunidade do Antigo Israel, não perde a realidade de vista. E a realidade é marcada pelo fato de existirem invasores agressivos que querem *invadir o território* dos outros, *atravessando fronteiras e palácios* (5,4-5). A partir da experiência de Israel no século VIII a.C., a *Assíria* tinha se tornado símbolo de todas as nações que seguiram seu exemplo de uma política imperialista, baseada na força de seus exércitos. Por séculos, Israel não estaria mais livre

¹² KESSLER, Rainer. *Micha*, p. 185.

da dominação dos impérios estrangeiros. Nestas circunstâncias, *a paz é esta* (5,4a): *pastorear* qualquer invasor como a *Assíria com a espada* a fim de limitá-lo a *seus acessos*, quer dizer, a seu território (5,5). O livro profético parece imaginar, dessa forma, uma defesa militar legítima para garantir a própria sobrevivência: afinal, *Deus levantaria sua mão contra os inimigos*, para que *os adversários fossem destruídos* (5,8). Iahweh protegeria seu povo, *libertando-o da mão dos inimigos* (4,10).

Essas palavras fortes, porém, precisam ser compreendidas dentro de seu contexto. Nele, Israel é chamado a eliminar, principalmente, os inimigos que nascem dentro da sociedade: a confiança num maior esforço militar e em práticas religiosas que traem Iahweh (cf. 5,8-14). Se não o fizer, Iahweh, em vez de *destruir os adversários* (5,7), *destruirá os cavalos* (5,9), *os carros de guerra* (5,9), *as cidades* (5,10.13) e *as fortalezas* (5,10) de seu próprio povo.

Portanto, os dois - Israel e os outros povos - são chamados a *conhecer o pensamento de Iahweh e entender os Seus planos* (4,12), a fim de fazer deles o princípio de suas decisões e tornar realidade o sonho de que *a casa de Iahweh se levante* (v 1c) e de que *as nações não levantem mais a espada, umas contra as outras* (v 3d). A repetição do mesmo verbo (*levantar*) nas duas formulações realça a interdependência entre as duas realidades. O início pressuposto é que Israel e as nações *escutem* (Israel: 3,1.9; 6,1.9; as nações: 1,2; 5,14).

6. CONCLUSÕES

Preocupado em não perder a contribuição da tradição bíblica, reponho a pergunta feita no início: o que a tradição de Mq 4,1-5 *ensina* em vista de uma procura mais autêntica da paz, nos dias de hoje?

Talvez o primeiro conselho seja: “aprender da própria história e, com isso, das derrotas”. Para se fomentar a paz neste mundo, é indispensável partir da realidade, da história real. O mundo é marcado pela *injustiça e opressão*. Domina, amplamente, a crença em uma livre procura de *ganhos*, despreocupada com o destino de muitos seres humanos. Diante do projeto de Deus e de

suas perspectivas teológico-éticas, essa realidade significa uma grande derrota da humanidade. Embora haja uma distância de séculos, a *Jerusalém* da época do livro de Miquéias parece não ser tão diferente de São Paulo ou Nova Torque atuais. Assim, a história não irá se cansar de ensinar ao homem que nada baseado em interesses próprios - à custa dos outros - é capaz de causar um bem-estar abrangente e duradouro.

Em vista disso, a tradição da peregrinação das nações a Jerusalém propõe um "resgate do *ensino* e da *palavra de Iahweh*", quer dizer, da Torá e do pensamento dos profetas. O núcleo do conteúdo destas duas correntes é que, em Iahweh, Deus de Israel, prevalece o amor aos sofridos. Sua amizade às vítimas da história, orquestrada comumente pelos grandes, não conhece limites.

Dessa experiência de fé, por sua vez, nasce um modelo de justiça diferente, que tem o seu ponto de referência nas necessidades dos menos favorecidos. Pede-se, em primeiro lugar, que se faça justiça aos mais sofridos e injustiçados, que os indefesos sejam protegidos, pois são filhos e filhas de Deus como todos os outros. Sua dignidade é inalienável. Nisso consiste o *caminho do Deus de Jacó*.

Os povos são convidados a vislumbrar o mistério da fé do Antigo Israel, e, em especial, adotar para seu comportamento as perspectivas éticas que nascem dela. Pois, conforme os profetas, essa proposta ética seria capaz de nortear uma convivência mais harmoniosa entre as pessoas. As nações poderiam chegar através dela a um amplo desarmamento, estabelecendo assim um estado de paz universal.

Contudo, para que isso se realize, *Jerusalém, Sião e o Templo* - e com eles, o judaísmo e cristianismo - precisam assumir sua vocação: aprender de suas derrotas, ser hospitaleiros com as nações e estar dispostos a estudar, viver e *ensinar os caminhos do Deus de Jacó*.¹³

Matthias Grenzer é doutor em Teologia Bíblica.
Leciona na Pontifícia Faculdade de Teologia do Centro Universitário Assunção
e no Instituto Paulo VI em Mogi das Cruzes.

¹³ Dedico este estudo a Milton e Rosileny, amigos muito queridos.

DIREITO CANÔNICO
